



SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Humberto Costa

SF/18234.18613-06

EMENDA N° , DE 2018 - CCJ
(ao Projeto de Lei da Câmara nº 19 de 2018)

Dê-se ao art. 5º, do PLC nº 19, de 2018, a seguinte redação:

“Art. 5º São diretrizes da Política Nacional de Segurança Pública:

I - tratamento igualitário aos cidadãos;

II - prevenção e enfrentamento a preconceitos de origem, cor, raça, gênero, orientação sexual, classe social, e quaisquer outras formas de discriminação;

III - redução das mortes violentas e intencionais;

IV - atuação em harmonia com as competências federativas

V – gestão do conhecimento e da informação;

VI - fomento a pesquisas científicas e estudos aplicados independentes.;

VII - acesso público e transparência dos dados oficiais;

VIII - responsabilização e prestação pública de contas;

IX - monitoramento e avaliação interna, externa e independente dos resultados produzidos

X - parcerias com a sociedade civil e universidades

XI - redução da vitimização e letalidade policiais

XII - integração e descentralização do planejamento e gestão dos recursos de segurança pública;

XIII – valorizar os consórcios entre municípios;

XIV - uso de sistema integrado de informações e dados eletrônicos;

XV – parceria com as agências de vigilância privada.;

XVI - a interdisciplinariedade dos serviços penais;

XVII - a intersetorialidade da política penal com as demais políticas públicas e suas respectivas redes de serviço;

XVIII - a autonomia e independência da gestão das políticas penais frente as políticas de segurança pública;

XIX - o respeito a intervenção penal mínima e o uso gradativo da força;

XX - a utilização subsidiária na pena privativa de liberdade, nos casos de impossibilidade legal de aplicação de alternativas penais.

XXVI – realizar termo de parceria e protocolos com agências de vigilância privada, respeitada a lei de licitações.” (NR)



SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Humberto Costa

SF/18234.18613-06

JUSTIFICAÇÃO

O Brasil vive um delicado momento na Segurança Pública. O país registrou em 2016, segundo dados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública, o assassinato de 61.283 pessoas. A maioria das vítimas são homens (92%), negros (74,5%) e jovens (53% entre 15 e 29 anos).

Segundo o Atlas da Violência 2017, publicado pelo Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) e pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, as mortes violentas no país subiram 10,2% entre 2005 e 2015. Mas, entre pessoas de 15 a 29 anos, a alta foi de 17,2%.

Quanto a latrocínios (roubo seguido de morte) houve um aumento de 12,8%, passando de 2,2 mil em 2015 para 2,5 mil em 2016.

A letalidade policial no Brasil continua crescendo. Somente em 2016, 4.222 pessoas foram mortas. Um aumento de mais de 25% em relação a 2015. Destes, quase 82% são crianças e jovens com idade entre 12 e 29 anos – 76% são negros. Não somos apenas o país onde a polícia mais mata, mas também onde a polícia mais morre. Somente em 2016, mais de 453 policiais, um crescimento de 23% em relação a 2015.

Quanto a homicídios de mulheres, 1 mulher foi assassinada a cada 2 horas em 2016. Um total de 4,6 mil mulheres mortas.

A busca de soluções simplistas ou populistas, neste quadro, trazem graves consequências à população. Exemplo disso, é a ausência de avanços que a intervenção federal tem padecido.

A execução de Marielle Franco e de Anderson Gomes, infelizmente, demonstraram que os desafios da promoção da segurança pública não se resumem à transferência da responsabilidade das políticas públicas nesta área para as Forças Armadas, mas que é preciso investimento em alternativas mais qualificadas e que enfrentem os temas centrais da atual crise.

Nesse cenário, não se pode deixar de registrar que o modelo necessário envolve o papel mais efetivo da União e estruturação do Sistema Único de Segurança, o que não é realizado sem que haja uma discussão profunda e capitaneada por um grande pacto nacional, liderado por um governo legítimo e capaz de superar a cultura corporativa que é defendida por muitos setores que atuam nos órgãos locais de segurança pública e do sistema de justiça criminal.

As dificuldades a serem enfrentadas são reforçadas por uma arquitetura constitucional que foi incapaz de avançar nas diretrizes de um modelo de sistema único, tal qual se logrou avançar no campo da saúde pública e da assistência social, por exemplo.

Nesse particular, o que se busca com a presente emenda é readequar os princípios do sistema a contribuições acadêmicas oferecidas pela respeitada Professora Jacqueline Muniz, da Universidade Federal Fluminense, e das mais qualificadas especialistas da área no país e que afirma que os princípios devem traduzir os direitos fundamentais da constituição e os termos



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Humberto Costa

federativos, instrumentalizando-os para os propósitos da gestão da segurança pública, segundo os valores democráticos e republicanos previstos na Carta Magna.

Assim, foram substituídas referências a listagem de princípios inorgânicos, apontando para aqueles que designam ações intergovernamentais e intersetoriais.

Sala da Comissão, em 11 de maio de 2018

Senador **HUMBERTO COSTA**

SF/18234.18613-06